

FME inicia discussões sobre o novo Plano Municipal de Educação em Vitória da Conquista

FOTO: DIVULGAÇÃO



Pg 09

Pgs. 14 a 16

Nordeste lidera aumento de violência contra pessoas em situação de rua

Pgs. 021 a 04

Pesquisa traz dicas sobre como reduzir desperdício de alimentos

Prefeitura de Caculé avança no combate a dengue e explica o procedimento para solicitação do carro fumacê

Pg. 05

Expediente

Pesquisa traz dicas sobre como reduzir desperdício de alimentos

Perdas são responsáveis por 10% das emissões de gases de efeito estufa

FOTOS: TV BRASIL/ DIVULGAÇÃO



POR ALANA GANDRA
agenciabrasil.ebc.com.br

Pesquisa feita em 24 países pela Food Law and Policy Clinic (FLPC), da Harvard Law School, mais antiga universidade de direito dos Estados Unidos, e a The Global FoodBanking Network (GFN), traz algumas recomendações sobre como os legisladores podem ajudar a reduzir o desperdício de alimentos e a insegurança alimentar no Brasil. As recomendações compõem o Atlas Global de Políticas de Doação de Alimentos, que analisa leis e políticas que afetam a doação de alimentos em todo o mundo.

A sondagem teve como interlocutor no Brasil o programa Sesc Mesa Brasil, do Serviço Social do Comércio (Sesc), que mediou os contatos dos pesquisadores de Harvard com os de outras instituições que trabalham com bancos de alimentos, para entender também a instância da política pública, até porque a configuração geopolítica brasileira é diferente da dos outros países, disse nesta segunda-feira (26) à Agência Brasil a diretora de Programas Sociais do Sesc, Janaína Cunha.

Segundo Janaína, uma das recomendações é sobre a adoção de políticas locais e nacionais que exijam a doação de alimentos excedentes, e é exatamente nessa faixa de atuação que a entidade tem uma identificação mais profunda, devido ao programa Sesc Mesa Brasil. O programa recolhe o alimento que, a rigor, ia ser desperdiçado, e coloca na mesa de quem passa fome.

“E não se trata de um alimento que ia ser descartado por falta de condições de uso e consumo”. Ao contrário. Janaína explicou que, muitas vezes, o alimento talvez não esteja virtualmente em condições de ser comercializado, mas está próprio para consumo. “Esse alimento é absolutamente adequado para a mesa. O Brasil precisa aprender a conhecer melhor o potencial dos seus alimentos e não descartar cascas e partes importantes do alimento que podem ser usadas de outras maneiras”. O Sesc Mesa Brasil tem oficinas que ensinam a aproveitar melhor os alimentos.

A casca de banana, por exemplo, pode ser usada como farinha nutritiva e como insumo ou ingrediente para

Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

@jsudoestebahia

Jornal do Sudoeste

@jornaldosudoeste

Jornal do Sudoeste

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

Conselho Editorial

Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação

Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
(77) 991196080

editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta

Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias

(77) 99997-5679

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem

Cássio da Silva Bastos – (77) 99919-1997
Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz – (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva – (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media

Mariana Almeida da Costa Silva
(77) 99857-7493
socialmedia@jornaldosudoeste.com

Diagramação/Fotografia/Edição de Imagens/arte final

Evandro Maciel Miranda Miguel

(77) 99805-3982

diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS

erramos@jornaldosudoeste.com

Administração – Atendimento ao Cliente

Maíra Bernardes Pinto

(77) 3441-7081

(77) 99804-5635

secretaria@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone

(77) 3441-7081

(77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Telefone: (77) 3441-7081 – 99804-5635

WhatsApp: (77) 99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

bolo. Com isso, além de não desperdiçar, a pessoa agrega valor nutricional ao alimento que está sendo preparado. O programa Sesc Mesa Brasil tem atualmente 3 mil empresas parceiras que são doadoras e 7 mil entidades assistidas, com média mensal de 2 milhões de pessoas atendidas. Além disso, tem uma rede de 95 bancos de alimentos, a maior rede privada da América Latina. "Estamos em uma frente muito importante, uma vez que a insegurança alimentar afeta 61,3 milhões de brasileiros, de acordo com dados oficiais do governo."

Responsabilidade civil

Outra recomendação que dialoga com o programa do Sesc é promover a conscientização sobre as exclusões de responsabilidade civil para doadores de alimentos, como está previsto na Lei de Combate ao Desperdício. "Isso é importante porque muitas empresas não têm consciência de que podem fazer isso, ou seja, que elas podem doar". Para Janaína, promover essa conscientização é fundamental. O Sesc sempre estimula os parceiros a divulgar suas ações e seu trabalho. "É importante reiterar que não se trata de generosidade, mas de entender o contexto social do país, de entender que este é um país que não necessita ter fome."

O Brasil dispõe de espaço para plantar, promover a circulação dos insumos e da alimentação adequada. "Ensinar como se alimentar adequadamente também faz parte de superar ou de enfrentar a questão da insegurança alimentar", destacou Janaína. Ao lidar com populações indígenas, o programa Sesc Mesa Brasil observa os hábitos alimentares locais de consumo. "Ainda fazemos essa adequação."

Emissões

A perda e o desperdício de alimentos são responsáveis por até 10% das emissões globais de gases de efeito estufa. Segundo a pesquisa, o Brasil pode tomar medidas importantes para reduzir essas emissões e alimentar mais pessoas que lidam com a insegurança alimentar. Uma das políticas sugeridas é a implementação de um sistema padrão de rotulagem com duas datas, diferenciando de forma clara a data baseada na segurança e a baseada na qualidade. Essa diferenciação permitirá que ocorra a doação após a data baseada na qualidade, garantindo que os rótulos de data não resultem no descarte de alimentos que seriam seguros para consumo. Jogados em aterros, esses alimentos produzem metano, potente gás de efeito estufa.

Outra recomendação envolve aumentar a dedução fiscal aplicável a doações de alimentos e atividades associadas ao armazenamento, transporte e entrega de alimentos doados. O objetivo é garantir que os doadores e as associações de recuperação de alimentos recebam incentivos fiscais e informações apropriadas para participar da doação de alimentos.

A pesquisa recomenda também o desenvolvimento de oportunidades de subsídios governamentais para a infraestrutura de doação de alimentos, a fim de garantir que doadores e organizações de recuperação de alimentos possam manusear, transportar e distribuir os excedentes de forma mais eficaz e segura.

Compromisso

Janaína Cunha ressaltou, porém, que, como entidade privada, cujo programa Sesc Mesa Brasil existe há 30 anos, não há comprometimento da instituição, bem como do governo, de realizar as recomendações de Harvard. A pesquisa traça um panorama de como as políticas de doações de alimentos estão implementadas em cada nação. Lembrou que algumas das recomendações já estão no escopo do Sesc. "O que é pertinente à nossa alçada estamos cuidado para ter uma intensificação cada vez maior, até pelo cumprimento da nossa própria missão", afirmou a diretora de Programas Sociais do Sesc.

Atualmente, o Brasil perde ou desperdiça 42% do seu abastecimento alimentar. "Este é um dado importante que o Sesc já vem monitorando e acompanhando ano a ano. É claro que, quando tem uma instituição como Harvard se preocupando com isso, a gente apoia, abraça".

Dados oficiais indicam que a insegurança alimentar no Brasil atinge um quarto da população, incluindo várias graduações da fome, do ponto de vista nutricional e do ponto de vista da escassez. "Isso é muito grave para um país com as nossas dimensões e a capacidade de produção de alimentos. Essa é uma preocupação do Sesc". São quase 50 milhões de quilos de alimentos distribuídos de forma valorosa, afirmou. Este é o volume de doações que o programa consegue efetivar. "Podemos fazer mais e faremos mais. E contamos com o empenho de todos, porque isso é uma cadeia".

Políticas

A professora clínica de direito na Harvard Law School e diretora do corpo docente da FLPC, Emily Broad Leib, disse que as melhores políticas de doação de alimentos estão ao alcance das mãos, quando se trata de enfrentar as altas temperaturas climáticas e a fome.

As recomendações, desenvolvidas em parceria com o Sesc Mesa Brasil e em consulta com outros especialistas brasileiros, podem ser implementadas agora, muitas a baixo custo, para limitar os danos ambientais do desperdício de alimentos e ajudar os brasileiros a terem acesso a alimentos saudáveis, seguros e excedentes, disse Emily.

Da mesma forma, a presidente da The Global FoodBanking Network, Lisa Moon, ressaltou que a “extraordinária biodiversidade” torna o Brasil um país importante quando se trata de alimentação, recursos naturais e clima. Ela acredita que as recomendações propostas auxiliarão muitas pessoas no país.

Atlas Global

A pesquisa do projeto Atlas sobre 24 países em cinco continentes e também a União Europeia está disponível no site do Atlas Global de Políticas de Doação de Alimentos.

A Food Law and Policy Clinic fornece orientação sobre questões de ponta em relação a sistemas alimentares, ao mesmo tempo que envolve estudantes de direito na prática da legislação e política alimentar. A FLPC está empenhada em promover uma abordagem intersetorial, multidisciplinar e inclusiva ao seu trabalho, criando parcerias com instituições acadêmicas, órgãos governamentais, intervenientes do setor privado e a sociedade civil com experiência em saúde pública, ambiente e economia. O trabalho da FLPC procura melhorar o acesso a alimentos nutritivos, abordar os impactos dos sistemas alimentares e agrícolas relacionados com o clima, reduzir o desperdício de alimentos saudáveis e promover a justiça nos sistemas alimentares.

A Global FoodBanking Network, por sua vez, apoia soluções lideradas pelas comunidades para aliviar a fome em mais de 50 países. A instituição acredita que bancos de alimentos administrados por líderes locais são fundamentais para alcançar a meta de fome zero e construir sistemas alimentares resilientes.



Óticas Carol

TANQUE NOVO - BA
Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.

IGAPORÃ - BA
Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.

SERRA DO RAMALHO - BA
Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.

(77) 981690671

Proprietário: Gilvanio Rocha da Silva

Prefeitura de Caculé avança no combate a dengue e explica o procedimento para solicitação do carro fumacê

FOTO: DIVULGAÇÃO



ASCOM - PMC

governodecacule.ba.gov.br

A Prefeitura Municipal de Caculé (BA), por meio da Secretaria de Saúde, está empenhada em realizar ações para combater o mosquito *Aedes aegypti*, responsável pela transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya. Para isso, é fundamental o apoio da comunidade no combate à água parada nos imóveis.

Uma das medidas para o combate é a utilização do Carro Fumacê, e por essa razão, é essencial destacar as condições para o uso desse serviço.

O Carro Fumacê segue critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, visando principalmente bloquear a transmissão dessas doenças em casos de surtos e epidemias. Segundo a legislação, a responsabilidade pela aquisição do insumo para o combate do vetor é do Ministério da Saúde, sendo os Estados responsáveis pela gestão dos estoques e distribuição aos municípios, que executam as ações.

Em outras palavras, Caculé não dispõe regularmente desse veículo, sendo sua disponibilidade solicitada ao Estado somente diante de um aumento significativo no número de casos, caracterizando um surto. É importante salientar que o uso inadequado e indiscriminado do Carro Fumacê pode acarretar desequilíbrio ambiental, causando a morte de insetos polinizadores como abelhas e borboletas, além de potencialmente gerar resistência do vetor ao inseticida e problemas respiratórios na população.

Portanto, é imprescindível que os moradores busquem atendimento na Unidade Básica de Saúde mais próxima caso apresentem sintomas, reforçando a importância da prevenção e da conscientização de todos em Caculé.

É importante salientar que o município ainda não está na lista de cidades que estão passando por uma epidemia de dengue, mas os cuidados continuam sendo necessários, visto que municípios próximos estão passando por essa situação.

Comissão aprova validade permanente para diagnóstico de autismo

Matéria segue para análise da Câmara

POR LUCAS PORDEUS LEÓN

agenciabrasil.abc.com.br

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (28), por unanimidade, projeto de lei que torna permanente a validade do diagnóstico que ateste o transtorno do espectro autista. Como a matéria tem caráter terminativo, o texto deve seguir para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto altera a Lei 12.764 de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, estabelecendo "a validade indeterminada do laudo que ateste o transtorno do espectro autista".

Segundo o relator da matéria, senador Flávio Arns (PSB-PR), a mudança é uma demanda das famílias de pessoas com autismo. O parlamentar argumentou que a exigência de se reavaliar periodicamente o diagnóstico causa grandes transtornos para essas pessoas e suas famílias por demandar a análise de equipe com diferentes profissionais.

"[O projeto] busca diminuir a sobrecarga desnecessária sobre os familiares e responsáveis pelos cuidados de indivíduos no espectro autista, no que consiste a renovação periódica do laudo médico, uma vez feito o diagnóstico da condição. O processo de avaliação é cansativo, custoso e costuma gerar elevada ansiedade nas pessoas com autismo", afirmou.

Argumentação

O autor do projeto, senador Romário (RJ-PL), justificou a apresentação da matéria pelo fato do autismo ser uma condição permanente do indivíduo, não havendo razão para obrigar os responsáveis pela pessoa com autismo a passarem pela dificuldade de buscar novo laudo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o autismo é caracterizado por algum grau de dificuldade de interação social e de comunicação. Outras características são padrões atípicos de atividades e comportamentos, como dificuldade de transição de uma atividade para outra, foco em detalhes e reações incomuns às sensações. [https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-\(asd\)](https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-(asd))

A OMS calcula que o autismo afeta uma em cada 100 crianças em todo o mundo e que essa condição, apesar de começar na infância, tende a persistir durante a vida adulta.

Caráter terminativo

Os projetos com caráter terminativo, como esse sobre a validade do diagnóstico do autismo, podem ser aprovados nas comissões e encaminhados para a Câmara dos Deputados sem necessidade de passar por votação no plenário do Senado. O projeto só terá que passar pelo plenário do Senado se for apresentado recurso assinado por, ao menos, nove senadores dentro do prazo de cinco dias úteis.

FOTO: RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Invicta na Copa Ouro, seleção feminina fecha 1ª fase com goleada

Após 5 a 0 no Panamá, time aguarda definição de adversário nas quartas

FOTO: © LEANDRO LOPES/CBF/DIREITOS RESERVADOS



POR AGÊNCIA BRASIL

<https://agenciabrasil.abc.com.br/>

Dois dias após carimbar a classificação às quartas de final da Copa Ouro, a seleção feminina brasileira de futebol aplicou 5 a 0 no Panamá na madrugada desta quarta-feira (28), mantendo a invencibilidade no último jogo da fase de grupos, realizado em San Diego, no estado da Califórnia (Estados Unidos). A atacante Geyse marcou duas vezes e os demais gols foram de Bia Menezes (lateral-esquerda), Rafaelle (zagueira) e Debinha (meio-campista).

Líder do Grupo B (que tem ainda Colômbia, Porto Rico e Panamá), agora a seleção aguarda os resultados do término da rodada na madrugada desta quinta (29) para conhecer o adversário no mata-mata. O jogo provavelmente ocorrerá no sábado (2) ou no domingo (3), na cidade de Los Angeles.

Após a goleada sobre o Panamá, o técnico da seleção Arthur Elias avaliou o desempenho da equipe ao longo da competição.

"Estou muito satisfeito, porque estamos numa fase de algumas definições importantes. Para isso, a equipe ainda precisa fazer jogos, como tem feito, numa competição que demonstre maior consistência e evolução. Hoje, tivemos a oportunidade de realizar um jogo em que ficamos mais tempo com a posse de bola. Acredito que nossa equipe também encontrou espaços e demonstrou muito repertório para fazer gols de diferentes maneiras".

A seleção embarca na tarde de hoje (28) para a cidade de Los Angeles, onde onde ocorrerá a partida eliminatória das quartas de final, no sábado (2) ou no domingo (3). Para a fase mata-mata, Arthur Elias planeja reforçar o trabalho mental das jogadoras.

"Estamos trabalhando justamente para passar mais confiança à seleção brasileira, que não vem de grandes resultados nas competições internacionais. Há um aspecto mental em que não vejo um excesso de confiança no momento; pelo contrário, quero que tenham mais confiança e que entendam que cada jogo tem sua história"

Esta é a primeira edição da Copa Ouro, organizada pela Confederação de Futebol da América do Norte (Concacaf), que reúne 12 seleções - Brasil, Colômbia, Argentina e Paraguai participam como convidados por terem sido finalistas na última Copa América Feminina. As demais seleções são Porto Rico, na disputa as seleções dos Estados Unidos, México, República Dominicana, Porto Rico, Canadá, Costa Rica e El Salvador, além do Panamá.



POR **IVES GANDRA MARTINS**

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifiteo, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomerci o-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

NÚMEROS DA ECONOMIA NO GOVERNO LULA

Déficit de 231 bilhões de reais: um furo extraordinário

Quero abordar alguns números da nossa economia que são impressionantes.

O governo Bolsonaro, que teve um déficit grande, porque o país parou durante a pandemia de Covid-19, conseguiu terminar o seu governo em 2022 com um superávit de 51 bilhões de reais.

O Presidente Lula que, desde o início do seu atual mandato, dizia estar gastando sem saber como encontrar receitas, aumentou de 23 para 38 o número de Ministérios, promoveu gastos sem saber se caberiam no orçamento e encerrou o ano de 2023 com um déficit de 231 bilhões de reais. Se considerarmos que houve um saldo de 51 bilhões no governo Bolsonaro, ele esgotou os 51 deixados por Bolsonaro e gastou mais 231 bilhões da receita que teve, vale dizer, estourou o teto em 282 bilhões de reais!!!

Dizem que foi por causa dos precatórios, porque tinham que atender necessidades, mas a verdade é que as contas públicas, com este furo extraordinário, traz uma preocupação muito grande para aqueles que veem o Brasil como um país que não poderá pagar sua dívida um dia. Basta dizer que sempre estivemos entre os 10 maiores receptores de investimentos estrangeiros mas, no primeiro ano de Lula, caímos para o 14º lugar!!!

Houve aumento tributário: tivemos aumento da carga tributária em 2023 em determinados setores, um aumento no endividamento do país, o que é péssima sinalização para os investidores, que investem nos países que são considerados confiáveis.

Tenho a sensação de que não adianta dizer: “encontrei um país desorganizado”. Ora, era um país desorganizado com 51 bilhões de reais de superávit? Será que é agora que o país está “organizado”, com 231 bilhões de déficit?

Vale dizer, não é no discurso, nas histórias, nas narrativas, dizendo que o governo anterior não funcionou, quando o ministro da economia era Paulo Guedes, o qual deixou o superávit acima, mas que o país funciona agora, num governo que está com déficit elevadíssimo, aumentando a carga tributária e o endividamento.

Lembro que Roberto Campos (o avô) - com quem fundei, ao lado de outros grandes economistas (Simonsen, Galvêas, Serra, Delfim e outros) a Academia Internacional de Direito e Economia/AIDE -, dizia ter grande admiração por Paulo Guedes.

Se o Ministro Fernando Haddad não conseguir efetivamente reorganizar a economia para enfrentar 2024, colocando em ordem as contas públicas, certamente entraremos numa rota de colapso em 2025 e em 2026.

A inflação só foi controlada pelo excelente trabalho de Roberto Campos Neto, na presidência do Banco Central.

Creio que todos os holofotes estão agora sobre o Ministério da Fazenda. Como equacionar um déficit tão grande para um ano em que eles pretendem um déficit zero? Estou falando de déficit primário, em que não se conta o serviço da dívida, por exemplo.

Vejo, no aspecto econômico, o país tomando um rumo que não me agrada, saindo de um superávit de R\$ 51 bilhões em 2022 para um déficit de R\$ 231 bilhões; o segundo maior déficit da história em um ano, só comparável àquele em que o país parou quando houve a pandemia de Covid, em 2020.

Tenho sempre esperança que o governo termine por acertar, mas o receio é muito grande que a esperança não se realize.

FME inicia discussões sobre o novo Plano Municipal de Educação em Vitória da Conquista

FOTO: DIVULGAÇÃO



ASCON - PMVC

<https://www.pmvc.ba.gov.br/>

A construção do novo Plano Municipal de Educação (PME), para o período de 2025-2035 já começou. Os encontros, que envolveram representantes do Fórum Municipal de Educação (FME) e da equipe técnica, aconteceram na segunda (26) e terça-feira (27), em dois locais diferentes.

Segundo o secretário municipal de Educação, Edgard Larry, esse é um momento de sensibilização em relação ao que se pretende realizar ainda neste semestre de 2024. "Fizemos um alinhamento com o Núcleo Pedagógico, para que nas formações com professores e gestores, que começam em março, tenhamos um tempo específico destinado ao trabalho do FME em relação ao cumprimento dos processos e espaços que se deve dar para a consolidação do Plano".

O secretário acrescentou que a ideia é realizar uma audiência pública em maio. "Se fortalecermos a partir de março, em maio teremos a audiência". E em junho, começa a outra etapa, que é a metodologia de estudo a ser traçada. "A Smed está imbuída de participar e queremos trazer os outros atores, para conseguirmos construir um documento democrático de participação geral das instituições".

O diretor pedagógico da escola do Sesi (Serviço Social da Indústria), Marcos Oliveira, enfatizou a necessidade de uma maior participação dos representantes. "O compromisso é individual e a conquista é coletiva. Hoje, o desafio maior que temos na educação é exatamente o compromisso real das pessoas que estão fazendo educação. Você percebe que são poucas pessoas ali. Enquanto não tiver compromisso coletivo, não vamos conseguir", concluiu.



Casa do Agricultor

PRODUTOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS

Org.: Aloísio Miguel Rebonato
Edmilson Bastos Batista

Fone: (77) 3473-1347

Vendas de Bombas, motores e máquinas agrícolas e toda linha completa de sistema de irrigação.

amrebonato@yahoo.com.br casaagricultora@bol.com.br
End.: Pça. Inácio Alves, 182 - Centro - Macaúbas - BA

Campanha da Fraternidade 2024 é tema de audiência na Câmara Municipal de Vitória da Conquista

FOTOS: DIVULGAÇÃO



ASCON - CMVC

<https://camaravc.ba.gov.br>

Na noite desta terça-feira, 27, foi realizada na Câmara Municipal de Vitória da Conquista, a Sessão Especial em comemoração a Campanha da Fraternidade 2024. Esse ano, a campanha tem como tema Fraternidade e Amizade Social e é promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A sessão no Legislativo Municipal está prevista na Lei número 2.081 de 2016 e desde então é realizada todos os anos em parceria com a igreja católica. Além dos parlamentares e representantes da igreja, autoridades e representantes da comunidade participaram do encontro.



Tornar atual a mensagem de Jesus - O presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, vereador Hermínio Oliveira (PODE) afirmou que a Campanha da Fraternidade 2024 traz um convite de amor que ultrapassa as barreiras geográficas e do espaço. "Diante do processo de divisão, ódio, guerras e indiferenças que tem marcado a sociedade brasileira e o mundo, somos convocados a despertar o olhar de irmão, o cuidado, a empatia. Somos responsáveis pelos ambientes que estamos e convivemos", afirmou. O presidente destacou ainda que a missão da igreja é tornar atual a mensagem de Jesus.

Oração, jejum e esmola - O Arcebispo Dom Josafá Menezes da Silva lembrou que quaresma está firmada sobre o tripé da oração, o jejum e a esmola. Para ele, esses princípios além de alicerçar a comunidade cristã, viabiliza a efetividade para a Campanha da Fraternidade. "Precisamos tornar o caminho quaresmal mais efetivo e fraternal. É por essa razão que realizamos a Campanha da Fraternidade", declarou o Arcebispo. Dom Josafá lembrou que muitas das pastorais existentes em Conquista nasceram como fruto dessas campanhas. Nesse contexto, o líder religioso afirmou que a Campanha da Fraternidade deve entrar nos programas das pastorais, comunidades, serviços e movimentos eclesiais, além de se tornar tema e ação de muitos setores da sociedade civil.



O Arcebispo encerrou seu pronunciamento destacando a relevância do tema da campanha em 2024. "Fraternidade de amizade social", essa é a motivação para que possamos abrir nossos corações na dimensão dos braços da cruz que nunca se fecha e acolhem a todos e aqueles mais necessitados", ressaltou. Por fim, agradeceu a Câmara Municipal por sediar esse debate. "Estamos felizes por sermos acolhidos nessa Casa Legislativa e darmos início a essa sessão solene tão importante para tratar a campanha da fraternidade", pontuou Dom Josafá.



Acolhimento do Poder Legislativo - O coordenador arquidiocesano de Pastoral, Padre Frenilson, destacou que anualmente a Câmara acolhe as atividades da Campanha da Fraternidade. "A apresentação da Campanha da Fraternidade é um evento que acontece de forma tradicional nessa Casa do Povo. Objetiva refletir o drama social e, juntamente com o nosso Legislativo, os pastores e agentes sociais, sensibilizar para que a proposta da Campanha da Fraternidade aconteça de forma eficaz em nossa cidade", disse ele. "Um tema caro pois nos convida a olhar para o outro com Fraternidade", completou.

"O outro sob a ótica do amor" - Para falar sobre o tema da Campanha da Fraternidade 2024, o professor Mozart Tanajura, utilizou como base o livro escrito por ele "O outro sob a ótica do amor", publicado no ano de 2014, que apresenta uma releitura do evangelho segundo São João na qual ele buscou enfatizar a necessidade de viver o amor entre irmãos. Mozart lembrou que o tema da Campanha este ano, tem tudo a ver com a alteridade, a qual foi pautado o seu livro. "Alteridade é um tema pertinente se quisermos entender o porque de Jesus ter estado na terra e nos ensinado a viver cada vez mais a nossa dimensão humana na comunhão", disse. O professor lembrou também que em todos os 60 anos de Campanha, todos os temas têm como base o evangelho de Cristo, em dimensão social. Ao analisar o texto base, Mozart explicou o significado de cada um dos pontos abordados: "os símbolos na teologia nos ajudam compreender os mistérios da fé, são como placas que nos indicam o caminho e nos levam a uma outra realidade, a capa deste ano traz várias pessoas em torno de uma mesa, pois a mesa simboliza comunhão" e comparou também a realidade da casa legislativa, que se une tanto bancada de situação como a de oposição em torno de determinado tema para se chegar a um senso comum. Ele também falou da importância de compreender que todos os seres humanos são iguais, na condição de valores e de direitos, mas que ao mesmo tempo são diferentes nos sentimentos, ideias e ideologias. "A nossa sociedade precisa viver e beber dessa fonte", afirmou, lembrando também os desafios que a igreja encontra, especialmente para o Papa Francisco que tem a missão de pastorear o povo católico em meio a suas limitações.



Mozart fez um breve relato dos temas abordados no texto base da campanha, e com ênfase na "Amizade do ponto de vista filosófico", na qual destaca Sócrates: "a amizade ganha um contorno pessoal e ela se restringe ao âmbito humano, e é necessária para a construção pessoal". Concluiu dizendo que a amizade Social é uma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar ao outro, lembrando que ninguém tem o direito de dominar o outro, mesmo que tenha ideias diferentes.



"Comunicar com a vida o amor de Deus" - Monsenhor Gerson, da Arquidiocese de Vitória da Conquista, destacou que a campanha do ano de 2024 é um grande desafio para todos, pois ela deseja renovar a vida da sociedade, chegando no coração de cada pessoa. Ele lembrou o primeiro domingo da quaresma, em que o tema das tentações, do evangelho de São Marcos, mostra que o ser humano nasceu para o bem, mas está em permanente estado de tentação, por isso, o espírito de Jesus Cristo em cada um é necessário para resistirmos e nos convertemos à fraternidade e amizade social. Ele ainda afirmou que o tema toca em questões profundas do dia a dia, como: o direito à vida em todas as suas fases, a luta contra as guerras,

o combate ao preconceito e discriminação e a promoção da inserção do pobre no mundo do trabalho, educação e saúde. O pároco finalizou sua fala citando o Papa Francisco: "amizade social é uma fraternidade aberta que permite reconhecer, valorizar e amar".

Dificuldades a serem vencidas - A Irmã Iracema, das Medianeiras da Paz, destacou que ensinar as crianças e adolescentes a reconhecer o outro como irmão. "Para nós que estamos à frente da educação tem sido um constante desafio trabalhar com as crianças e nossos adolescentes para que saiam das redes e reconheçam o próximo como aquele que é meu irmão", disse ela.

Amizade construída diariamente - O coordenador arquidiocesano das pastorais sociais, Wallas Santos, destacou que o tema da Campanha da Fraternidade de 2024 está bem alinhado com aquilo que as pastorais vivem diariamente. "A gente exercita esse tema todos os dias em nossas atividades cotidianas por meio das pastorais. Essa amizade que construímos com nossos irmãos é de grande valia para toda comunidade", afirmou. Ele reafirmou o compromisso com as atividades sociais desenvolvidas pela Igreja em Vitória da Conquista. "Vamos continuar firmes fazendo esse trabalho de amor e carinho e fortalecendo ainda mais essa amizade", concluiu.



Vitória da conquista acolhedora - Michael Farias, Secretário de Desenvolvimento Social, iniciou dizendo que "ao ouvir Mozart Tanajura falar sobre o tema, eu me lembrei de como Vitória da Conquista, converge para ser uma grande região metropolitana", disse, enfatizando que a cidade acolhe muitas pessoas que chegam para estudar ou trabalhar e que acabam se consolidando como cidadãos conquistenses. Ele associou essa chegada e acolhida ao tema da Campanha da Fraternidade 2024, que exorta toda a sociedade a importância dos laços de amizade e de acolhida, pensando sob as perceptivas de inclusão.

Segundo ele, "Vitória da Conquista, talvez de todas as cidades brasileiras, é uma cidade de homens e mulheres que tem dentro de si esse sentimento de comunhão e convergência, e sobretudo de um coração aberto a uma perceptiva de acolhimento", disse, exaltando a importância do tema para enfrentamento dos desafios históricos do país, como a pobreza, falta de acesso a educação e políticas sociais de combate a desigualdade. E concluiu dizendo que não há como se falar em fraternidade e amizade social sem se falar em inclusão e do enfrentamento as desigualdades

Somente 20% das mulheres brasileiras conhecem bem a Lei Maria da Penha

É o que mostra Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher

FOTO: © FREEPICK

**POR ALANA GANDRA**<https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Apenas duas em cada dez mulheres se sentem bem informadas em relação à Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006.

Os dados fazem parte da 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher, realizada pelo Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV) e o Instituto DataSenado, ambos do Senado. A sondagem é bianual e foi divulgada nesta quarta-feira (28) em Brasília. Ela envolveu entrevistas por telefone com 21.787 mulheres de 16 anos ou mais entre os dias 21 de agosto a 25 de setembro do ano passado.

Esta é primeira edição do levantamento que traz dados por estado. O estudo atualiza, também pela primeira vez, o Mapa Nacional da Violência de Gênero, projeto viabilizado pelo OMV, o Instituto Avon e a organização Gênero e Número, que cobre questões de gênero e raça no Brasil e na América Latina desde 2016.

Na avaliação de Beatriz Accioly, coordenadora de Parcerias do Instituto Avon, o que chama bastante a atenção na pesquisa é que a Lei Maria da Penha é conhecida pela população brasileira de maneira geral, mas quando se pergunta o quanto as pessoas sabem da lei, sobretudo as mulheres, percebe-se que o conhecimento ainda é muito pequeno. "É quase de ouvir falar. Não dá segurança de saber exatamente o que a lei garante em termos de direitos e o que ela muda de fato", disse Beatriz à Agência Brasil.

Ela explicou que a pesquisa alerta para a necessidade de entender não só o que as pessoas já ouviram falar sobre a lei, mas o quanto elas conhecem nos detalhes, o quanto esse conhecimento têm a ver com os seus próprios direitos. De acordo com o estudo, mesmo nas localidades onde há maior conhecimento entre a população feminina sobre a Maria da Penha, o índice é muito baixo, passando pouco de 30%.

É o caso do Distrito Federal (33%), Paraná (29%) e Rio Grande do Sul (29%). "O conhecimento está muito longe de ser o ideal", afirmou Beatriz. As mulheres das regiões Norte e Nordeste são as que afirmam co-

nhecer menos a Lei Maria da Penha, principalmente no Amazonas (74%), Pará (74%), Maranhão (72%), Piauí (72%), em Roraima (71%) e no Ceará (71%).

Diagnóstico

Para a coordenadora de Parcerias do Instituto Avon, o diagnóstico mostra que ainda não se conversa tanto sobre a lei quanto é necessário. “É preciso furar a bolha”. O objetivo é aumentar a parcela da população com conhecimento sobre a legislação. Isso pode ser feito a partir da construção de medidas educativas e de conscientização sobre leis, recursos e políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência de gênero, afirma Daniela Grelin, diretora executiva do Instituto Avon. Para ela, o maior conhecimento é fundamental para que as mulheres brasileiras possam reivindicar seus direitos, além de interromper ciclos de abusos e agressões.

A coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado, Maria Teresa Prado, destaca que a pesquisa constitui ferramenta que pode auxiliar os legisladores na criação de leis, políticas públicas e programas que funcionem de fato e que sejam mais adequados às especificidades de cada estado.

Segundo Beatriz Accioly, todos os senadores e senadoras vão receber um relatório específico de seu estado, com diagnóstico do território. “É necessário que a gente alerte os parlamentares para o fato de que esse problema de violência familiar contra a mulher é um dos mais graves. É preciso que eles conheçam a realidade de seus estados e possam cobrar das autoridades locais mudanças de atuação para reverter a situação”.

A presidente e diretora de conteúdo da Gênero e Número, Vitória Régia da Silva, lembrou que a dificuldade em reconhecer situações de violência e a falta de conhecimento dos próprios direitos podem impedir que as vítimas tenham acesso aos serviços da rede de proteção. Por isso, é preciso mudar esse cenário.

Índice

Em relação ao grau de conhecimento sobre os serviços que integram a rede de proteção à mulher, há equilíbrio entre as unidades federativas brasileiras. A delegacia da mulher é o serviço mais conhecido entre elas (95%), enquanto a Casa da Mulher Brasileira, por sua vez, é conhecida por somente 38% das entrevistadas.

A pesquisa identificou também que o índice nacional de mulheres que declaram ter solicitado medidas protetivas para a sua segurança é de 27%, à exceção do Rio Grande do Sul, onde 41% das mulheres que sofreram violência com base no gênero solicitaram medidas protetivas. Beatriz Accioly avaliou, entretanto, que embora o Rio Grande do Sul, junto com Paraná e o Distrito Federal, sejam os locais onde o grau de conhecimento das mulheres sobre a Lei Maria da Penha é “menos pior” no Brasil, ainda há muito a avançar.

“Esses dados mostram que as pessoas sabem que a lei existe. Mas elas precisam conhecer os seus instrumentos, as suas ferramentas, como utilizar a lei e transformá-la em direito difuso”, disse Beatriz.

Mapa

Lançado em novembro de 2023, o Mapa Nacional da Violência de Gênero é uma plataforma interativa que reúne os principais dados nacionais públicos e indicadores de violência contra as mulheres, incluindo a Pesquisa Nacional de Violência contra as Mulheres, mais longa série de estudos sobre o tema no país.

Legislação

A Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, tornou mais rigorosas as penas contra crimes de violência doméstica.

O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, farmacêutica e bioquímica cearense que sofreu diversas tentativas de homicídio por parte do marido. Em maio de 1983, ele deu um tiro em Maria da Penha, que ficou paraplégica.

Após aguardar a decisão da Justiça por 15 anos e sem resultado, ela entrou com uma ação contra o país na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Esse foi o primeiro relato sobre violência doméstica feito ao órgão na América Latina. Em 2001, o Estado brasileiro foi condenado, pela primeira vez na história, por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica. O marido de Maria da Penha foi preso apenas 19 anos depois, em 28 de outubro de 2002, e cumpriu dois anos de prisão.

Nordeste lidera aumento de violência contra pessoas em situação de rua

Somente em AL, mais de 300 pessoas em situação de rua foram mortas nos últimos 11 anos; Segurança Pública de diversos estados não identifica condição de vítimas ou tem dados subnotificados



POR THIAGO AQUINO E LUCAS THAYNAN

<https://www.agenciatatu.com.br/>

O Nordeste é a região do Brasil que mais sofreu aumento de violência contra pessoas em situação de rua. Em oito anos, o número cresceu quase 50%. Além disso, o cenário deve ser ainda mais grave, já que a maioria das secretarias estaduais de Segurança Pública não possui registros oficiais.

A Agência Tatu analisou dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que contabiliza casos onde as vítimas buscam por serviços de saúde e a informação da situação de rua é levantada.

O levantamento de notificações do Ministério da Saúde está presente no relatório População em Situação de Rua do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. No painel interativo é possível visualizar dados de evolução de casos de violência entre 2015 e 2022.

A série histórica mostra que o Nordeste registrou 964 casos no primeiro ano que se tem dados e evoluiu para 1.442 em 2022, um aumento de 49,5%, o maior crescimento entre as regiões do país. O Norte teve 39,5% casos a mais do que em 2015 e o Centro-oeste 11,7%. Já o Sul e o Sudeste apresentaram redução neste período, sendo -26,8% e -2,4% respectivamente.

Veja o comparativo entre as regiões no gráfico abaixo:

“É muito provável que esses números não representem o total de casos de violência contra esta população”

Os dados não incluem casos de homicídio, já que esses são números de notificações de situações onde as vítimas de violência são pacientes atendidos pelo SUS e o agente público registra a situação de rua como motivação da violência. O próprio relatório do governo federal informa que “é muito provável que esses números não representem o total de casos de violência contra esta população”, reconhecendo que há subnotificações.

Estados do Nordeste

Entre os estados, Sergipe foi onde os casos mais cresceram, partindo de cinco registros em 2015 para 34 em 2022, um crescimento de 580%. Na sequência aparecem Bahia, com aumento de 116% e Rio Grande do Norte, com 45%. Em contrapartida, no mesmo período, a Paraíba registrou redução de 40,5% e Alagoas 19%.

Apesar da variação dos números durante os oito anos, a reportagem realizou o comparativo entre o ano com os dados mais antigos disponíveis e o mais recente. No ano de 2020 é possível perceber uma redução em todas as regiões, no entanto foi o ano do surgimento da pandemia da Covid-19, um período atípico. Os dados de todos os estados do Nordeste podem ser visualizados no gráfico abaixo.

Ausência de dados oficiais

A Agência Tatu solicitou às secretarias de Segurança Pública dos nove estados do Nordeste os dados referentes à violência contra população em situação de rua por meio da Lei de Acesso à Informação no dia 18 de janeiro, mas apenas Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte responderam com alguns dados.

Os estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe responderam os pedidos sem dados.

As justificativas apresentadas foram a falta de estruturação do banco de dados ou até mesmo a ausência de um campo específico no boletim de ocorrência que especifique que a vítima esteja em situação de rua. Os estados do Piauí e Maranhão prorrogaram o prazo de resposta e até o fechamento da matéria não responderam aos pedidos.

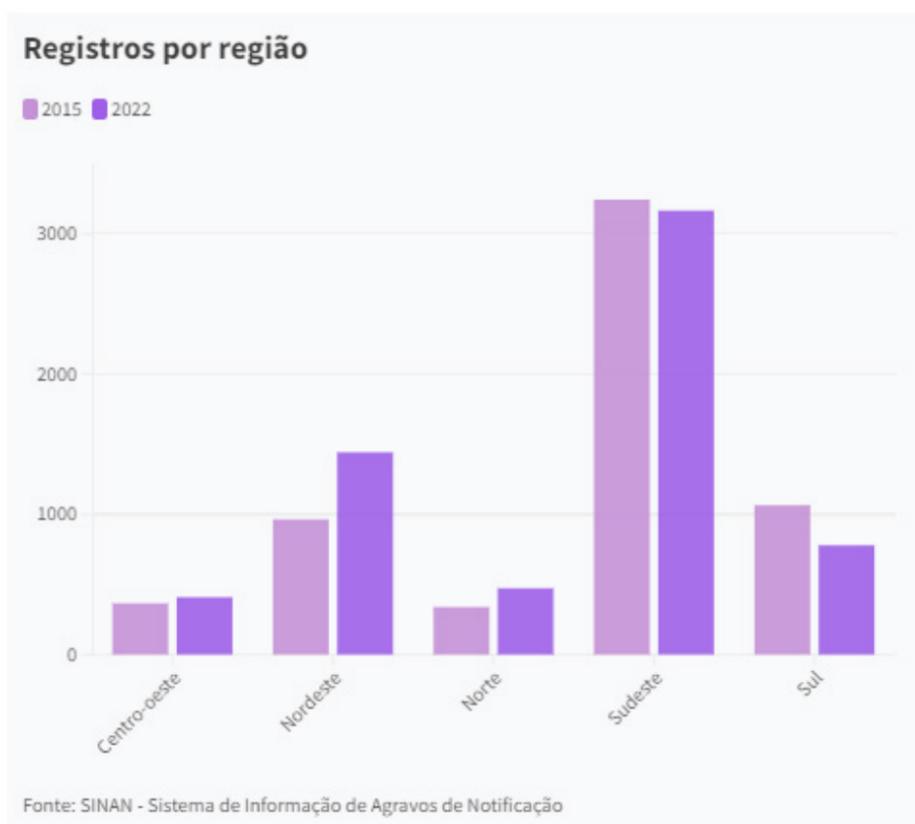
Mais de 300 homicídios em Alagoas

Apesar de apresentarem dados, os estados de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte têm informações incompletas ou não seguem critérios em comum na metodologia de coleta de dados, não sendo possível realizar um comparativo proporcional.

Entre 2012 e 2023, Alagoas registrou 308 homicídios de pessoas em situação de rua, 20 apenas em 2023. O Ceará registrou 56 homicídios entre 2019 e 2023, mas não informou as datas das ocorrências, nem outros tipos de violência. Já o Rio Grande do Norte contabilizou 43 lesões corporais entre 2019 e 2023, dois homicídios em 2020 e outro em 2021.

Sem dados, sem políticas públicas

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua reconhece que a falta de dados enfraquece o comba-



te à violência e as próprias investigações. O movimento contabilizou 37 homicídios no estado de Alagoas em 2023, quase o dobro do registrado pela Secretaria de Segurança Pública do estado.

FOTO: ASCOM MP/AL

"Aqui [em Alagoas] o que acontece é um extermínio, temos a terceira capital onde mais se mata a população de rua"



Rafael Machado, coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua

No caso de Alagoas, o coordenador do Movimento aponta que uma das dificuldades é a falta de acesso ao atendimento policial. "Essas pessoas têm dificuldade de se deslocar até a Delegacia Especial dos Crimes contra Vulneráveis, que funciona em Mangabeiras, muitos não têm acesso.

" A falta de um levantamento preciso prejudica as demandas, porque sem dados não há investimento em políticas públicas que combatam essa violência"

Dificuldade para elucidação de casos

A Comissão de Direitos Humanos da OAB/AL assegura que realiza cobranças pela elucidação dos casos, mas que existe uma dificuldade em razão das singularidades enfrentadas pela população em situação de rua. "Os crimes carecem de testemunhas e outras provas. Neste caso, sugerimos uma maior proximidade dos setores de investigação nos serviços ofertados para este público", afirma o secretário da Comissão, o advogado Arthur Lira.

FOTO: ASCOM

O secretário também enfatiza que acompanha os números de violência por meio da imprensa, dos dados do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e das denúncias. Segundo ele, dados oficiais mais precisos e investigação rigorosa dos fatos seriam o caminho para combater o cenário de crimes contra a população mais vulnerável do país.



Arthur Lira, secretário da Comissão dos Direitos Humanos da OAB/AL

"O controle preciso ajudaria a mapear os casos e a elucidação prescinde apuração rigorosa, com oitiva de testemunhas, filmagens e, para isso, é necessário uma adaptação do cenário tradicional, especialmente em razão da singularidade da rua, ou seja, é preciso estabelecer locais acolhedores para ouvir esta população", conclui.